

17/10 - Reunião Ampliada da Fenajufe vai discutir proposta e definir atuação para garantir envio de projeto ao Legislativo

A Fenajufe realizará no dia 17 de outubro a Reunião Ampliada dos servidores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, em Brasília. O encontro debaterá, principalmente, a proposta de revisão salarial fechada pelos presidentes dos tribunais superiores na última quarta-feira [07] e também as próximas atividades de mobilização que deverão ser feitas para pressionar o STF a encaminhar logo o projeto ao Congresso Nacional. A ampliada discutirá, ainda, a Resolução 88 do Conselho Nacional de Justiça, referente à jornada de trabalho nos tribunais.

O coordenador geral da Fenajufe Ramiro López, que esteve no plantão semana passada em Brasília, afirma que todos os sindicatos devem garantir sua participação, uma vez que a ampliada terá o objetivo de avaliar a proposta final e também definir um calendário de mobilizações e acompanhamento da tramitação do projeto no Congresso Nacional. "A categoria precisa avaliar as alterações feitas pelos ministros na proposta e apontar qual a melhor forma de atuarmos daqui pra frente. A expectativa é que o STF envie logo o projeto ao Legislativo; e nós precisamos estar mobilizados para garantirmos agilidade na tramitação", avalia Ramiro.

O coordenador lembra que a semana passada foi marcada por diversas manifestações em vários estados e no Distrito Federal, incluindo atos públicos, debates nos locais de trabalhos e até paralisações parciais. Ele avalia, no entanto, que mesmo com as alterações promovidas pelos tribunais na proposta, que contemplam em parte as reivindicações da categoria, as mobilizações devem continuar em Brasília e nas demais capitais para garantir que o projeto seja enviado logo à Câmara dos Deputados.

Os servidores que tiverem interesse em participar da Reunião Ampliada da Fenajufe basta entrar em contato com o Sinjufego pelo telefone (62-3942-

0641) ou por e-mail (sinjufego@terra.com.br) e deixar seu nome.

Reajuste salarial já está na mira da grande imprensa

A proposta de revisão salarial da categoria nem começou ainda a tramitar no Congresso Nacional, mas os veículos da grande imprensa já entraram em ação para colocar a sociedade contra os trabalhadores. Na edição da última sexta-feira [09], o Jornal O Globo publicou a matéria "Tribunais querem 80% de reajuste para os servidores", com o subtítulo: "Pela proposta do Judiciário, que irá à votação no Congresso, gratificação pode chegar a 135% do salário". No jornal, o periódico afirma que a proposta prevê um reajuste de 15% no vencimento base e mais um aumento da gratificação [a GAJ], que passará a ser de 135%. Além disto, a matéria também apresenta uma tabela com os atuais salários dos cargos de auxiliar, técnico e analista e os valores que ficarão após a implementação da proposta.

O texto, construído propositalmente para induzir o leitor a acreditar que o reajuste será num patamar bem maior do que a realidade, representa a primeira investida da grande imprensa, de muitas que possivelmente ainda virão, contra a luta legítima da categoria em defesa do reajuste salarial, da paridade entre ativos e aposentados e de salários dignos, não atrelados à política de gratificações.

Em resposta aos ataques dos grandes jornalões, a Fenajufe avalia que os sindicatos devem reforçar as mobilizações nos Estados, mantendo a categoria e também a população bem informada sobre o processo de luta que está sendo construído em defesa de um direito legítimo dos trabalhadores do Judiciário Federal. *(da Fenajufe)*

Servidores deliberam em Goiás pelo envio imediato da proposta de Revisão Salarial ao Congresso Nacional

Os servidores do Poder Judiciário Federal em Goiás deliberaram, em assembleias setoriais realizadas na semana passada, pelo envio imediato da proposta de revisão salarial ao Congresso Nacional. Na avaliação dos servidores, houve avanços na minuta do projeto de lei modificada pelos presidentes dos Tribunais Superiores durante reunião realizada no Supremo Tribunal Federal no dia 7 de outubro em relação aos principais pontos de conflito apresentados nas propostas anteriores.

Na redação atual da proposta de Revisão Salarial, todos os servidores serão beneficiados. Lutaremos no

Congresso Nacional para melhorá-la e também pela sua inclusão no orçamento para que possamos ter reajuste no próximo ano. A batalha pelo Plano de Carreira certamente continuará em 2010.

A posição da categoria em Goiás é de que se a proposta de Revisão Salarial não for enviada ao Congresso Nacional até a reunião ampliada da Fenajufe a ser realizada no dia 17 de outubro, a mobilização continuará com indicativo de paralisação. O Sinjufego realizou assembleia na quarta-feira (07/10) na Justiça Federal e, na quinta-feira (08/10) no TRT-GO e no TRE-GO.

Assembleia dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais

Sexta, 16/10, 19h, Sede do Sinjufego

Pauta: Eleição dos 02 Oficiais que representarão Goiás no VII COJAF

Sinjufego solicita ao TRT cópia do processo administrativo que trata da redução do nível das funções comissionadas

Servidores estão preocupados com perdas decorrentes da transformação das funções

Veja o ofício encaminhado:

“Ofício nº 126/2009
Goiânia, 07 de outubro de 2009.

**A Sua Excelência o Senhor
Desembargador Federal do Trabalho GENTIL
PIO DE OLIVEIRA
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da
18ª Região - Goiânia,GO**

Assunto: transformação de funções comissionadas.

Senhor Presidente,

O SINJUFEGO - Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal em Goiás, CNPJ – 26.943.688/0001-37, com sede na Rua 115, Quadra F-36, Lt. 86, Setor Sul, Goiânia-GO, representado por seu Presidente, vem, com fulcro no art. 5º, XXXIII e XXXIV, da Constituição Federal, expor e solicitar o que segue:

Desde a aprovação da Constituição Federal de 1988, há mais de 20 anos, a categoria viveu um intenso processo de crescimento político e social. É com a consciência da necessidade de evitar a perda de conquistas duramente conseguidas que leva o sindicato a ser manter atento, a fiscalizar e buscar soluções para evitar o retrocesso e a desvalorização dos servidores públicos deste Regional.

Ao sindicato foi noticiado que estaria em tramitação neste Egrégio Tribunal um processo administrativo que teria como objetivo reestruturar as funções comissionadas que integram o seu Quadro de Pessoal. Há também a informação de que a comissão de servidores constituída para realizar o estudo sobre a questão teria elaborado proposta que sugere, como uma das medidas a serem adotadas, a alteração das atuais funções, para reduzi-las em 01 (um) nível.

Os servidores preocupam-se com a aplicação dos princípios constitucionais da Administração Pública, com o crescimento, motivação e valorização de seu capital intelectual, com a natural possibilidade de compensação dos esforços que fazem no sentido de ampliar a sua capacitação técnica, cultural e organizacional.

Por isso fala-se, hoje, em modernização da justiça brasileira, com a ampliação da eficiência da gestão do sistema judiciário, de implementação de novas políticas de gestão e instituições sistemáticas de planejamento, de revisão de seus processos organizacionais e modernização da gestão de recursos humanos. E esta modernização da gestão de recursos humanos do Judiciário requer, necessariamente, o implemento de ações destinadas à capacitação e valorização de seus servidores, dentre as quais a exigência de habilidades daqueles responsáveis pela gestão do bem público, especialmente aos ocupantes de cargos em comissão e funções comissionadas.

As baixas remunerações, os vícios do passado e a desvalorização que se verificam no âmbito do Poder Judiciário Federal, bem como as acentuadas distorções entre os níveis remuneratórios da carreira em face de carreiras correlatas dos Poderes Executivo e Legislativo, tendem a diminuir a qualidade dos serviços, aumentando, em conseqüência, o descrédito, o desânimo e a evasão de pessoal qualificado para outros Poderes.

Eficiência não condiz com práticas desmotivadoras. Nesse sentido preocupa-nos a preservação da excelência dos serviços prestados por este Tribunal e a preservação de profissionais qualificados em seus quadros. Assim, qualquer medida que visa a reduzir as garantias já conquistadas pelos servidores, com prejuízos para sua situação funcional e remuneratória, estará em descompasso com o fortalecimento do Poder Judiciário e valorização do seu quadro de pessoal.

Considerando que a reestruturação das funções comissionadas posta em discussão é de grande interesse para a categoria, venho solicitar a Vossa Excelência cópia do referido processo administrativo, para que o sindicato possa discutir a questão com os servidores do Órgão, ficando a despesa de reprodução dos autos a cargo do Sinjufego, se assim entenda necessário.

Respeitosamente,

Antonio Cezar Prazeres de Andrade Silva
PRESIDENTE”

A diretoria da Federação solicita que os sindicatos enviem para a secretaria, no e-mail fenajufe@fenajufe.org.br, até o dia 15 de outubro, os nomes dos servidores que virão para a reunião ampliada.

Reajuste salarial já está na mira da grande imprensa

A proposta de revisão salarial da categoria nem começou ainda a tramitar no Congresso Nacional, mas os veículos da grande imprensa já entraram em ação para colocar a sociedade contra os trabalhadores. Na edição desta sexta-feira [09], o Jornal O Globo publicou a matéria Tribunais querem 80% de reajuste para os servidores, com o subtítulo: Pela proposta do Judiciário, que irá à votação no Congresso, gratificação pode chegar a 135% do salário. No jornal, o periódico afirma que a proposta prevê um reajuste de 15% no vencimento base e mais um aumento da gratificação [a GAJ], que passará a ser de 135%. Além disto, a matéria também apresenta uma tabela com os atuais salários dos cargos de auxiliar, técnico e analista e os valores que ficarão após a implementação da proposta.

O texto, construído propositalmente para induzir o leitor a acreditar que o reajuste será num patamar bem maior do que a realidade, representa a primeira investida da grande imprensa, de muitas que possivelmente ainda virão, contra a luta legítima da categoria em defesa do reajuste salarial, da paridade entre ativos e aposentados e de salários dignos, não atrelados à política de gratificações.

Em resposta aos ataques dos grandes jornalões, a Fenajufe avalia que os sindicatos devem reforçar as mobilizações nos Estados, mantendo a categoria e também a população bem informada sobre o processo de luta que está sendo construído em defesa de um direito legítimo dos trabalhadores do Judiciário Federal. Na avaliação do coordenador geral Ramiro López, atitudes como essa do Jornal O Globo mostram a necessidade de organização de toda a categoria para fazer o enfrentamento no próximo período com os setores conservadores da sociedade, muito bem representados pelos grandes veículos de comunicação.

Da Fenajufe – Leonor Costa